

PROCESSO TCE N° 18.744.2014-10.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Capixaba.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Capixaba, referente ao exercício de 2013.

RESPONSÁVEL: Otávio Guimarães Varêda.

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.292/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Capixaba. Ausência do Relatório Circunstanciado produzido pelo Controle Interno e da apresentação do Rol dos Responsáveis de forma incompleta. Créditos Especiais abertos por decretos e não previamente autorizados por lei. Saldo financeiro não totalmente comprovado. Inconsistência do Balanço Patrimonial. Inconsistência da dívida da municipalidade. Descumprimento da aplicação mínima da receita oriunda do FUNDEB na remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Ausência do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB. Excesso dos gastos com pessoal. Realização de despesas sem licitação. Condenação. Aplicação de multa ao Gestor e ao Contador. Notificação do atual Prefeito Municipal de Capixaba. Comunicação do apurado ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Otávio Guimarães Varêda** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Capixaba, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 268.562,32** (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos), relativa ao saldo financeiro não totalmente comprovado a ser transferido para o exercício seguinte; **2) aplicar multa** ao Senhor **Otávio Guimarães Varêda**,

com fundamento no artigo 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** da importância da condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Capixaba; **3) aplicar multa** ao Senhor **Otávio Guimarães Varêda**, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em face das seguintes impropriedades: **a)** descumprimento do disposto na Resolução TCE-AC nº 62/2008, Anexo IV, ante a ausência do Relatório Circunstanciado produzido pelo Controle Interno e da apresentação do Rol dos Responsáveis de forma incompleta, **b)** Créditos Especiais abertos por decretos e não previamente autorizados por lei, bem como a abertura de Crédito Adicional Suplementar acima do limite previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), **c)** inconsistência do Balanço Patrimonial, **d)** inconsistência da dívida da municipalidade, **e)** descumprimento do limite mínimo da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração e valorização dos profissionais do magistério, **f)** ausência do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB, **g)** excesso de despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, e **h)** realização de despesas sem licitação; **4) aplicar multa** ao Senhor **José Ulineide Benigno Gomes**, Contador, responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis, com fulcro no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 1.785,00** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em face das irregularidades e falhas contábeis apontadas na Prestação de Contas, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5) notificar o atual Prefeito Municipal de Capixaba** para tomar ciência desta decisão e do apurado pela análise técnica, devendo reconduzir imediatamente os valores da despesa de pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso ainda persista a extrapolação; e **6) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante: **a)** da abertura de Créditos Especiais por decretos e não previamente autorizados por lei, e **b)** da não comprovação de

realização de procedimentos licitatórios para os casos em que a Lei Federal nº 8666/93 prevê obrigatoriedade.

Rio Branco – Acre, 18 de maio de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC